

Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, “mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito”. Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI”. Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de

transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Direito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Cláudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont’Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o diálogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ, Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianópolis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

APRESENTAÇÃO

Este livro eletrônico – **Direito Internacional I** – contém os 22 artigos, selecionados e apresentados no XXIII Congresso Nacional do CONPEDI/UEPB, realizado na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, PB, no período de 5 a 8 de novembro de 2014. A obra é dividida em quatro partes, a saber: I – *Direito Internacional Ambiental*; II – *Direito Internacional dos Direitos Humanos*; III – *Direito da Integração Internacional*; IV – *Direito Internacional Econômico e Direito Comparado*.

I

A primeira parte inicia com artigo de Hugo Rogério Grokskreutz, abordando a extensão dos danos ambientais e discutindo a possível inclusão desses crimes na competência do Tribunal Penal Internacional. Propugna que a Corte possa julgar subsidiariamente tais delitos, que atingem a dignidade da pessoa humana em todos os países.

A seguir, analisando os novos desafios para a preservação do meio ambiente, Patrícia Grazziotin Noschang estuda as águas subterrâneas que atingem mais de um país e as mudanças climáticas, enfatizando a necessidade de revisão e adaptação dos tratados bilaterais ou multilaterais que regem a administração dessas águas pelos Estados.

Bruno Torquato de Oliveira Naves e Maristela Aparecida de Oliveira Valadão se ocupam com a investigação científica marinha e o seu contributo para a regulamentação da exploração dos recursos genéticos marinhos dos fundos oceânicos internacionais, referindo a importância da liberdade dessa investigação científicas.

Em sequência, Zelma Tomaz Tolentino e Liziane Oliveira da Silva Paixão fazem uma análise dos deslocados ambientais sob a perspectiva de quatro propostas de proteção jurídica específica para essas pessoas, cujo número se acentua com as mudanças climáticas, como secas, enchentes e abalos sísmicos.

O artigo de Deise Marcelino da Silva e Fernando Rei discorre sobre o Direito Internacional do Meio Ambiente (DIMA) e o Direito Ambiental Internacional (DAI), que emerge com princípios e características próprias. O DAI defende uma estrutura que incorpore outras ciências do conhecimento, novos atores e instrumentos que construam uma nova forma de governança ambiental global, na busca da sustentabilidade.

Finalizando a primeira parte da obra, André de Paiva Toledo analisa o litígio jurisdicional entre Hungria e Eslováquia sobre o Projeto Gabčíkovo-Nagymaros, concluindo: “as quotas de utilização nacional de um recurso internacional são projeções extraterritoriais dos direitos soberanos territoriais dos Estados ribeirinhos sobre um recurso internacionalmente compartilhado”.

II

A segunda parte da obra começa com o artigo de Janaina da Silva Rabelo e Romana Missiane Diógenes Lima sobre a atuação da OIT no combate à discriminação do trabalho da mulher. Acentuam que muitos países, inclusive o Brasil, precisam adotar todos os meios possíveis na busca da erradicação da desigualdade entre o homem e a mulher, no trabalho, assegurando-lhes os direitos fundamentais à igualdade e liberdade.

Em sequência, Virgínia da Hora Dantas e Olívia Maria Cardoso Gomes abordam a política interna do Governo brasileiro voltada para os refugiados. De forma específica refletem sobre o Benefício Assistencial de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, e a possibilidade de concessão desses benefícios aos estrangeiros refugiados no Brasil.

Em artigo intitulado “Cláusula de Habilitação: Entre o comércio e a proteção dos direitos humanos”, Giovanna Maria Frisso explora a relação entre o direito internacional comercial e a proteção internacional dos direitos. Analisa a cláusula de habilitação, uma das exceções da cláusula da *nação mais favorecida* e questiona a incorporação de parâmetros de direitos humanos no contexto comercial como mecanismo de garantia de proteção do ser humano e promoção do comércio internacional.

Victor Alencar Mayer Feitosa Ventura analisa os conflitos armados e a proteção do meio ambiente, partindo do princípio da *lex specialis* para a interpretação ecológica do Direito Internacional Humanitário. Entende que as normas humanitárias podem se tornar mais eficazes na medida em que, pela interpretação holística de outras áreas do Direito Internacional, como a ambiental, sejam marcadas pela interação desses sistemas.

Encerrando a segunda parte do livro, Orlando Guterres investiga as possibilidades de um diálogo na proteção a investimentos internacionais e direitos humanos. O estudo busca uma forma de coordenar e harmonizar o regime internacional dos investimentos com o regime internacional de direitos humanos, com a pretensão de evitar o conflito normativo e diminuir a exclusão de um regime em detrimento do outro.

III

A terceira parte do livro em tela cuida do Direito da Integração, principalmente da integração na América do Sul. Nessa direção, o primeiro artigo, da lavra de Clarissa Correa Neto Ribeiro e Jamile Bergamaschine Mata Diz, cuida da situação do Paraguai no contexto do Mercosul, analisando as relações políticas e jurídicas que envolveram a recente suspensão do Paraguai do processo de integração e sua posterior reintegração.

O texto de Mariah Rausch Pereira versa a respeito da aplicação de medidas de salvaguarda no Mercosul. A autora examina a controvérsia Brasil *versus* Argentina: as salvaguardas contra têxteis oriundos do Brasil, origem e análises dos laudos proferidos.

O escrito chama a atenção para o fato de que a controvérsia surge às margens da crise econômica que se acha prestes a irromper na Argentina.

O escrito seguinte, elaborado por Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza e Marcelo César Guimarães, examina o tema da concorrência e a importância de seu disciplinamento pelo Direito, bem como a relação existente entre concorrência e ainda a integração e o regime antitruste existente no Mercosul.

No quarto artigo da presente seção, escrito por Paulo Roberto Barbosa Ramos e Rossana Barros Pinheiro, os autores discorrem sobre os novos mecanismos de controle do poder político e o impacto regional do processo de integração. Trata-se por certo da defesa da integração econômica como alternativa para o controle do poder político perdido pelo Estado no mundo dito globalizado.

O último ensaio da presente parte, da autoria de Felipe Comarela Milanez, aborda o caso da resolução do contrato de crédito ao consumo em Portugal, com o intuito de analisar o processo de questão prejudicial e a importância da receptividade das decisões do Tribunal de Justiça da União Européia para a defesa do consumidor europeu.

IV

A quarta e última parte deste livro começa pelo artigo André Soares Oliveira e Heloísa Gomes Medeiros. O crescimento do comércio internacional tem como uma de suas consequências o contato dos diversos ordenamentos jurídicos para disciplinar essas relações por meio de contratos. O artigo busca elucidar como ocorre essa interação dos diversos ordenamentos jurídicos.

Na sequência, o artigo de Liziane Angelotti Meira e Hadassah Laís de Sousa Santana analisa o processo de incorporação de normas de Sistemas jurídicos diferentes: *Common Law* (Estados Unidos) e *Civil Law* (Brasil). O objetivo é demonstrar diferenças no processo de incorporação utilizando o Direito Comparado a partir do método dedutivo em análise descritiva.

O escrito de Jahyr-Philippe Bichara e Rodrigo Ribeiro Vitor demonstra como o Brasil se posiciona em relação ao investimento estrangeiro internacional. Nesse sentido, os referidos autores examinam o tratamento jurídico do investimento estrangeiro no pré-sal a partir da experiência do campo de exploração Libra.

No artigo seguinte, Luiz Carlos Silva Faria Junior e Manoela Carneiro Roland cuidam do controverso tema das empresas transnacionais/multinacionais como sujeitos de direito internacional. Os autores defendem a tese de que a relevância desses atores no cenário mundial os credencia a serem reconhecidos pelo ordenamento jurídico internacional como novos sujeitos.

No penúltimo artigo, Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo trata do atualíssimo caso da fragata argentina *Ara Libertad*, a qual foi retida no Porto de Tema, Gana, em 2012, em virtude de execução judicial de dívidas contraídas pela Argentina junto ao fundo de investimento NML Capital. O ensaio demonstra que o caso em análise é exemplo de mitigação do famoso “Princípio Lótus”.

O texto derradeiro da seção e do livro é escrito por João Paulo Corrêa Ramos e Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis. O artigo analisa o conflito de normas da jurisdição brasileira e estrangeira no julgamento de causas envolvendo trabalhadores no setor petrolífero brasileiro offshore.

Prof. Dr. Florisbal de Souza Del’Olmo – URI

Prof. Dr. Fredys Orlando Sorto – UFPB